

Para uma breve introdução à Sociologia da Educação

Pedro Abrantes

Universidade Aberta, 2023

Recurso pedagógico para a introdução, orientação e apoio dos estudantes da UC *Sociologia da Educação* da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Aberta.



Licença Creative Commons 4.0 Internacional

Desde a sua fundação que a Sociologia deu atenção aos contextos, agentes e fenómenos educativos, enquanto constituintes das sociedades. No contexto das tensões e transformações sociais em que se focaram os primeiros sociólogos, a distinção entre educação tradicional e moderna é evidente em muitos escritos. Por um lado, tal como vinha sendo analisado em detalhe por diversos antropólogos, reconhece-se que instituições como as famílias, as igrejas ou as unidades de produção desempenham um papel central na transmissão de linguagens, valores e técnicas às novas gerações, assegurando assim a sobrevivência das comunidades, desde épocas ancestrais. Por outro lado, observa-se que o desenvolvimento das sociedades modernas implicou instituições especializadas – as escolas e as universidades – que formem os jovens em novas formas de pensar e de fazer, associadas ao capitalismo, à industrialização e à afirmação dos Estado-Nação (Enguita, 2007).

Entre os autores clássicos, apesar da existência também de referências nas obras de Karl Marx ou de Max Weber, Émile Durkheim foi o sociólogo que mais se destacou no estudo da educação, entendendo-a enquanto instituição central na socialização dos indivíduos, permitindo a transmissão de uma cultura comum entre gerações, bem como uma especialização das atividades. Desta forma, a educação desempenhava uma função principal, quer na manutenção da ordem e da integração

social, quer na sua transformação. Esta constatação conduziu mesmo este pensador a combinar análises sociológicas da educação mais distanciadas com propostas pedagógicas que visavam a reforma social (Nunes, 2007).

Esta foi também uma linha seguida por John Dewey, um filósofo e pedagogo que integrou a Escola de Chicago, na viragem do século XX, muito influente na origem da Sociologia nos Estados Unidos e na vitalidade que demonstrou ao longo do século XX. Segundo este autor, a educação pública constituía um alicerce fundamental da democracia, permitindo uma socialização precoce e duradoura dos cidadãos numa mesma cultura. Assim, propunha que as escolas funcionassem integralmente de acordo com os princípios democráticos, permitindo às crianças e jovens uma imersão quotidiana em valores cívicos que os deveriam acompanhar ao longo de toda a vida.

Estas duas perspetivas – a primeira mais funcionalista, a segunda mais interacionista – dominaram o “olhar sociológico” sobre a educação na primeira metade do século XX e foram influentes, quer nas políticas públicas de expansão que conheceram os sistemas educativos nesse período (acelerada nos pós-2.^a Guerra Mundial pelas teorias do capital humano, provenientes da Economia), quer na formação massiva de professores que alimentou esse crescimento.

Contudo, a partir dos anos 1960, outras perspetivas surgiram, muito associadas aos primeiros estudos quantitativos que, na América do Norte e na Europa, começavam a observar que os resultados escolares, bem como as qualificações obtidas pelos indivíduos nos sistemas de ensino, se encontravam muito associadas às suas condições socioeconómicas de origem.

A observação desta regularidade sociológica, animada pelos debates político-filosóficos que emergiram dos movimentos de contestação estudantil dessa década, deram grande visibilidade à Sociologia. A “ideologia dos dons”, segundo a qual os resultados escolares e académicos resultavam diretamente da inteligência e do esforço de cada aluno, começou então a ser muito questionada, até porque vários estudos, incluindo de psicólogos, mostraram que as condições sociais dos alunos eram um fator muito mais influentes.

Alguns sociólogos, filiados em correntes marxistas, apoiaram-se então nesses dados para defender que, em sociedades capitalistas, o sistema de ensino se integrava no “aparelho ideológico do estado, capturado pelas classes dominantes para assegurar a legitimação e manutenção do seu poder. Outros sociólogos argumentaram que estas desigualdades resultavam de escolhas “racionais” dos indivíduos, no sentido em que os jovens em condições mais vulneráveis, em função das suas necessidades e urgências, acabavam por orientar-se para percursos formativos e laborais mais curtos e que lhes permitissem retornos mais imediatos, desistindo de vias escolares e académicas que implicavam investimentos prolongados e prometiam apenas benefícios a longo prazo.

A perspetiva mais engenhosa e influente foi provavelmente a que ficou conhecida como a “teoria da reprodução”, da autoria dos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, segundo a qual a ação pedagógica supõe uma “violência simbólica” sobre os grupos sociais que não partilham as mesmas linguagens, valores e disposições. Baseando-se numa cultura urbana, burguesa e erudita, a escola acaba assim por favorecer os jovens provenientes destas classes sociais e penalizar os originários de contextos mais humildes, legitimando assim a reprodução da estrutura social (Abrantes, 2011).

Esta linha de estudos sociológicos conheceu, desde então, grandes sofisticações, em termos teóricos e metodológicos, até porque foi confrontada frequentemente com argumentos, provenientes do espaço público, de que a expansão dos sistemas educativos estaria a dissipar o peso das desigualdades de origem e, até, a relevância dos diplomas escolares e académicos para a posição social dos indivíduos. Quem não terá ouvido já o discurso de que, atualmente, qualquer um obtém um diploma e de que este já não tem qualquer relevância no mercado de trabalho? Porém, vezes sem conta e com procedimentos científicos cada vez mais robustos, a investigação sociológica tem constatado que essa é uma ideia errada, uma vez que as profundas transformações que têm marcado o campo educativo podem ter modificado, mas estão longe de ter eliminado a relação dos percursos escolares, quer com a origem social dos indivíduos quer com o seu “destino”,

entendido como a posição no espaço social durante a idade adulta (Martins *et al.*, 2016).

Por seu lado, a investigação mais relacionada com as políticas educativas tem procurado entender como diferentes movimentos e pressões, umas mais associadas à globalização neoliberal, outras mais vinculadas à social-democracia, têm tido reflexo nas instituições e culturas escolares. Alguns estudos têm buscado entender por que motivo alguns sistemas educativos, algumas escolas ou alguns professores são sistematicamente mais eficazes e mais equitativos. A influência de poderosas instituições intergovernamentais como a UNESCO, a OCDE, a União Europeia ou o Banco Mundial na reconfiguração dos sistemas educativos, em todo o mundo, tem vindo a ser estudada em profundidade (Antunes & Sá, 2010).

Nunca renegando a esta matriz, o campo da sociologia da educação alargou-se notavelmente nas últimas décadas. A par das questões de classe social, desenvolveram-se estudos sobre as desigualdades étnicas, territoriais e de género nos sistemas de ensino. A maior atenção dos sociólogos sobre os atores e a ação conduziu a estudos, geralmente de corte qualitativo (frequentemente, etnográfico), sobre os alunos, em diálogo com as sociologias da infância e da juventude. No primeiro caso, as pesquisas têm explorado a construção social do “ofício do aluno”, a resistência ou conformismo face às normas escolares, bem como as identidades, valores e disposições que as crianças e jovens vão interiorizando, a partir da sua interação nos contextos escolares (Veira, 2017).

Apesar de uma maior consciência dos efeitos dos sistemas educativos na reprodução das desigualdades e injustiças, é importante notar que muitos sociólogos contemporâneos continuam profundamente envolvidos na melhoria das instituições educativas, em particular, no sentido de promover a igualdade, a liberdade e a democracia.

Alguns têm trabalhado nos estabelecimentos de ensino ou nas autarquias – seja a tempo inteiro, seja como consultores ou peritos externos – em projetos de desenvolvimento, frequentemente, procurando aprofundar as dinâmicas de colaboração e articulação entre as escolas e as comunidades locais. É uma área que

se encontrava pouco desenvolvida, em Portugal, devido à forte centralização do sistema educativo, mas que recentemente tem-se vindo a alargar, com as políticas de autonomia das escolas e de transferência de competências para os municípios. Outros têm incidido sobre o impacto de medidas concretas, tais como a criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, os percursos curriculares alternativos, a dimensão das turmas, entre muitas outras (Sebastião *et al.*, 2020).

Um filão de pesquisa que também tem sido explorado por sociólogos é o das práticas, identidades e culturas profissionais dos professores, frequentemente utilizando o método biográfico, em diálogo com a sociologia do trabalho e das profissões. Esta linha tem procurado valorizar os docentes como protagonistas da educação, em vez de meros reprodutores das políticas públicas e das estratégias empresariais, analisando como estes atores, individuais e coletivos, se constituíram, como desempenham o seu papel e como se relacionam com os demais intervenientes. Nesta perspetiva, têm-se procurado estudar um sentimento, generalizado nas últimas décadas a nível internacional, de “mal-estar docente” (Teodoro, 2017).

Por fim, voltando de alguma forma às suas origens e valorizando igualmente um movimento crescente nas sociedades contemporâneas, importa relevar que a sociologia da educação tem vindo igualmente a alargar-se, no sentido de conhecer quer os impactos das aprendizagens escolares e académicas noutras dimensões da vida social, quer os próprios processos de aprendizagem que ocorrem fora do sistema educativo e que, portanto, tendem a designar-se como “não formais” (quando, ainda assim, são dotados de alguma estruturação e intencionalidade) ou “informais” (quando incrustados nas práticas quotidianas). A este propósito, sem prejuízo de outras explorações muito valiosas, tem ganho particular destaque a relação entre os processos formativos e o mercado de trabalho, não apenas analisando se, efetivamente, a educação obtida é adequada para o trabalho que os indivíduos depois realizam, valorizando-os socialmente, mas também explorando como as aprendizagens realizadas fora do sistema educativo podem ser reconhecidas na sociedade (Alves, 2013; Abrantes *et al.*, 2020).

Concluimos então esta breve resenha com a ideia de que a educação é uma problemática central da Sociologia, desde a sua génese, tendo registado na segunda metade do século XX um movimento de formação de um campo de especialização (a sociologia da educação), numa primeira fase, fortemente associado à formação de professores e à formulação de políticas educativas, mas que se tem vindo a expandir a novas questões, à medida que a própria educação também se tem vindo a questionar, a alargar e a diversificar, nas sociedades contemporâneas (Dionísio, Torres & Alves, 2018).

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2011). Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português. *Análise Social*, 46 (199), 261-281.
- Abrantes, P. et al. (2020). *Percursos Profissionais e de Vida dos Licenciados da UAb* (3ª edição). Universidade Aberta. [Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/10471>]
- Alves, M. G. (2013). Aprendizagem profissional: um processo educativo na intersecção de contextos de aprendizagem formais, não-formais e informais. In J. A. Palhares, & A. J. Afonso (Org.). *O Não-Formal e o Informal em Educação* (Vol. 2, pp. 819-826). *Atas do I CICSE / III Encontro de Sociologia da Educação*. CIEd, Universidade do Minho.
- Antunes, F., & Sá, V. (2010). Estado, escolas e famílias: públicos escolares e regulação da educação. *Revista Brasileira de Educação*, 15, 468-486.
- Dionísio, B., Torres, L. L., & Alves, M. G. (2018). A sociologia da educação em Portugal: Perspetivas de futuro. *Fórum Sociológico*, 32, pp. 59-69
- Enguita, M. F. (2007). Família e escola: encontros e desencontros. In *Educação e Transformação Social* (pp. 83-97), Edições Pedagogo.
- Martins, S. C. et al. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? *Revista Portuguesa de Educação*, 29 (2), pp. 261-285.
- Nunes, R. (2017). Um olhar sociológico sobre a educação: fundamentos,

- desigualdades e perspectivas. In F. T. Júnior, & L. F. Neubert (Orgs.). *Políticas Educacionais* (pp. 9-28). CAEd/FADEPE.
- Sebastião, J., Capucha, L., Martins, S. C., & Capucha, A. (2020). Sociologia da educação e construção de políticas educativas: da teoria à prática. *RASE-Revista de Sociología de la Educación*, 13 (1), 7-19.
- Teodoro, A. (2017). Da profissionalização da actividade docente à crise de identidade dos professores. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 9, 37-54.
- Vieira, M. M. (2017). Incerteza e individuação: escolarização como processo de construção biográfica. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 265-280.